



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2025

VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epigrafe, através do sócio que ao final subscreve, **CONTRARRAZÕES AO RECURSO** interposto pela empresa **CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA e ALERTA SERVIÇOS LTDA**, nos termos que seguem.

I - SÍNTESE E CONTEXTO DOS RECURSOS

A empresa VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA apresenta suas contrarrrazões aos recursos interpostos por CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA e ALERTA SERVIÇOS LTDA, os quais buscam reformar a decisão de habilitação que, de forma técnica e juridicamente fundamentada, reconheceu que a VERDE cumpriu integralmente todas as exigências editalícias. A análise correta do edital e da documentação apresentada mostra que a decisão do pregoeiro foi absolutamente legítima e deve ser mantida.

Os recursos apresentados tentam construir uma narrativa de irregularidades inexistentes, especialmente no que se refere ao cumprimento da cota legal de



pessoas com deficiência (PCD) e à suposta existência de impedimento para contratar com a Administração Pública Federal. Tais alegações, contudo, não resistem à leitura objetiva do edital e dos documentos efetivamente exigidos.

A CENVEL busca, essencialmente, criar exigência nova, uma certidão ministerial, que **não foi prevista no edital**, violando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A ALERTA, embora com pretensões distintas, menciona elementos tangenciais que, de forma indireta, poderiam gerar confusão na análise do procedimento, razão pela qual também merecem ser esclarecidos.

A VERDE apresentou exatamente o que o edital exigiu: **uma declaração**, no momento da proposta inicial, confirmando o cumprimento da cota de PCD, conforme item 9.8. Não se pediu à época qualquer certidão, relatório externo ou documento probatório adicional. O cumprimento da exigência editalícia, portanto, foi integral e tempestivo.

Além disso, a alegação de impedimento supostamente derivado do CEIS ignora fato fundamental: **o registro possui alcance restrito ao ente sancionador municipal**, não produzindo efeitos perante a Administração Pública Federal, conforme claramente indicado na própria base de dados. A tentativa de ampliar esse alcance é juridicamente incorreta e administrativamente perigosa.

A VERDE reforça que mantém absoluta boa-fé, transparência e regularidade fiscal e jurídica perante todos os entes da federação. Nenhum documento apresentado pelas recorrentes demonstra qualquer irregularidade apta a afastar a habilitação da empresa.

Diante disso, as contrarrazões demonstrarão, de forma técnica, detalhada e consistente, que os recursos carecem de fundamento e não têm condições de modificar a decisão de habilitação da VERDE, a qual deve ser integralmente mantida.



II – DO CUMPRIMENTO DO ITEM 9.8 DO EDITAL E DA EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÃO

O edital exigiu, de maneira explícita, **declaração** acerca do cumprimento das cotas legais, nos termos do art. 93 da Lei 8.213/91. Não houve previsão de apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho ou qualquer documento de natureza probatória diversa, razão pela qual a exigência editalícia foi atendida de forma plena pela VERDE quando apresentou a referida declaração com sua proposta inicial.

A CENVEL, ao alegar que a VERDE deveria ter apresentado certidão, tenta substituir a vontade administrativa expressa no edital por seu entendimento particular. Isso não apenas extrapola o que foi determinado pelo instrumento convocatório, como também viola princípios estruturantes do procedimento licitatório, como o julgamento objetivo e a vinculação ao edital.

A declaração apresentada pela VERDE atende integralmente ao que o edital solicitou e possui validade jurídica plena, uma vez que compromete a empresa quanto à veracidade da informação, sob pena de responsabilização administrativa e penal. A validade do documento não depende da apresentação imediata de comprovantes, que só seriam necessários se o edital assim exigisse, o que não ocorreu.

Além disso, **o relatório que a VERDE junta com estas contrarrazões tem apenas caráter elucidativo, a fim de afastar quaisquer dúvidas levantadas pelos recursos, especialmente pela CENVEL.** Tal relatório não substitui a declaração exigida, mas reforça sua veracidade, demonstrando de forma clara que a empresa cumpre efetivamente a cota legal de PCD.

É importante frisar que o procedimento licitatório não admite a criação de exigências adicionais após a publicação do edital. O pedido de certidão representa exatamente isso: a tentativa de transformar uma exigência simples (declaração) em obrigação complexa (certidão), o que implicaria violar a isonomia e restringir indevidamente a competitividade do certame.



A VERDE possui quadro funcional compatível com as exigências legais, mantém política permanente de inclusão e adota processos de gestão que asseguram o atendimento da legislação trabalhista. A declaração cumpriu o edital; o relatório confirma a veracidade da declaração. Não há qualquer irregularidade documental.

Portanto, quanto ao item 9.8 do edital, os recursos não apresentam qualquer fundamento jurídico capaz de afastar a habilitação da VERDE, devendo ser rejeitados na totalidade.

III – DA DISTINÇÃO ENTRE DECLARAÇÃO E CERTIDÃO E DO CUMPRIMENTO INTEGRAL DA EXIGÊNCIA

É fundamental reafirmar a distinção jurídica entre declaração e certidão, pois a confusão criada pela CENVEL constitui o cerne de sua argumentação. A declaração é documento aceito pelo edital, possui presunção de veracidade e é suficiente para atestar o cumprimento do requisito no momento da habilitação. A certidão é documento diverso, mais abrangente e que só deve ser exigido quando o edital expressamente assim determinar.

O edital, ao optar pela exigência de declaração, escolheu instrumento formalmente válido, compatível com o modelo de habilitação simplificada e adequado ao procedimento realizado. Não cabe aos licitantes alterar o conteúdo do edital, muito menos exigir documento que ele não requisitou.

A insistência da recorrente em transformar declaração em certidão demonstra tentativa de modificar unilateralmente o rito da habilitação para atender interesses próprios, o que configuraria grave violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao edital.

Importante reforçar que a Administração tem plenos poderes para verificar posteriormente a veracidade das informações, por meio de diligências ou pela



execução contratual. O edital não vinculou o cumprimento de cotas à apresentação de certidão prévia, mas sim à declaração, para posterior verificação.

A VERDE não se esquivou de qualquer obrigação. Ao contrário, reforçou sua transparência juntando relatório atualizado, que demonstra fielmente o cumprimento da legislação. A juntada desse documento em sede recursal apenas ratifica a veracidade da declaração anterior.

Transformar a declaração em certidão, como pretende a CENVEL, significa impor ao licitante obrigação que não existe, ferindo frontalmente a previsibilidade do certame e a própria segurança jurídica.

Deste modo, verifica-se que a declaração foi apresentada corretamente, é válida e suficiente, e não há qualquer fundamento para acolher o recurso que pretende criar requisito inexistente.

IV – DA EXISTÊNCIA DO REGISTRO NO CEIS, MAS COM ABRANGÊNCIA RESTRITA AO MUNICÍPIO

A CENVEL afirma que a VERDE estaria impedida de contratar com a Administração Pública Federal por constar registro no CEIS. Essa alegação ignora fato determinante: a penalidade registrada **está expressamente marcada como restrita ao órgão e ao poder sancionador**, sendo estes municipais.

No CEIS, a informação sobre abrangência é fundamental para determinar os efeitos da sanção. Penalidades de alcance nacional são registradas como tal. Penalidades de alcance local permanecem restritas ao ente que aplicou a penalidade. Assim funciona o sistema, e assim está registrado no caso da VERDE.

Quando o órgão sancionador opta por restringir o alcance, está declarando que a penalidade não deve produzir efeitos fora do âmbito municipal. Portanto, não existe qualquer extensão automática para a Administração Pública Federal, e a penalidade não inabilita a empresa em certames federais.



A tentativa da CENVEL de ampliar artificialmente o alcance viola a própria lógica do CEIS e representa interpretação que nem o órgão sancionador nem o sistema federal reconhecem. A empresa recorrente simplesmente ignora o conteúdo do registro e tenta atribuir efeitos que ele não possui.

O pregoeiro, ao analisar o sistema, constatou corretamente que a penalidade não tem alcance nacional. Essa constatação não depende de interpretação subjetiva, mas apenas da leitura objetiva do registro, que indica de forma clara sua restrição territorial.

Assim, a VERDE não possui impedimento federal, não está proibida de contratar com a União e cumpre plenamente as exigências editalícias referentes à regularidade. O registro municipal não afeta este certame em absolutamente nada.

Desse modo, a alegação de impedimento deve ser rejeitada, porque não corresponde ao alcance efetivo da penalidade registrada no CEIS.

V – DA IMPOSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DO ALCANCE DA PENALIDADE PARA A ESFERA FEDERAL

É juridicamente inadequado pretender que penalidade municipal produza efeitos automáticos em âmbito federal. A autonomia federativa assegura a cada ente competência para definir o alcance de suas próprias sanções. A penalidade imposta à VERDE restringe-se ao município sancionador, e essa restrição foi expressamente registrada.

Para que houvesse impedimento nacional, seria necessária indicação de abrangência total pelo órgão sancionador, como ocorre em penalidades aplicadas por Tribunais de Contas, CGU ou por órgãos federais. Não é o caso. A penalidade municipal não possui esse alcance.



A Administração Pública Federal não pode ser vinculada a penalidade municipal quando o próprio registro que a documenta limita sua atuação territorial. O CEIS, responsável por disponibilizar essas informações, diferencia claramente penalidades restritas e penalidades nacionais.

O recurso da CENVEL, ao ignorar essa distinção, pretende criar uma inabilitação inexistente, o que poderia comprometer a própria finalidade do CEIS, que é conferir informação clara e precisa, sem permitir interpretações expansivas indevidas.

A atuação do pregoeiro, ao reconhecer a restrição de alcance, observou rigorosamente a legalidade e respeitou os limites impostos pelo órgão sancionador. A VERDE não tem impedimento federal; logo, não há base legal para afastá-la do certame.

Podemos observar a vasta jurisprudências no mesmo sentido:

*O Acórdão nº 902/2012 – Plenário do TCU expressa que “a previsão contida em edital de concorrência no sentido de que o impedimento de participar de certame em razão de sanção do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 limita-se às empresas apenadas pela entidade que realiza o certame **autoriza a classificação de proposta de empresa apenada por outro ente da administração pública federal** com sanção do citado comando normativo, em face da inexistência de entendimento definitivo diverso desta Corte sobre a matéria”.*

*O Acórdão nº 2788/2019 – Plenário do TCU fixa que a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, prevista no inciso III do artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, **produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante.***

O Acórdão nº 156/19 – Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 26357/19), refere-se à homologação de medida



*cautelar concedida monocraticamente no sentido de que a **extensão da pena é restrita**. Na análise definitiva de mérito desse mesmo processo – Acórdão nº 3175/19 – Tribunal Pleno -, o TCE-PR assentou o posicionamento restritivo.*

*O Acórdão nº 1942/19 – Tribunal Pleno do TCE-PR (Processo nº 677665/19) fixa o entendimento de **que a sanção de suspensão de participar de licitações se restringe à esfera de governo do órgão sancionador**.*

Aceitar a tese da recorrente significaria admitir que qualquer penalidade local teria efeitos automáticos nacionais, o que não apenas viola o sistema federativo como compromete a segurança jurídica.

Diante disso, deve ser integralmente rejeitada a alegação de impedimento, pois carece de base normativa e contraria o funcionamento dos sistemas de controle federais.

VI – DA BOA-FÉ, REGULARIDADE E MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

A VERDE sempre atuou de maneira íntegra, transparente e em estrita observância ao edital. Cumpriu todas as exigências no momento adequado, prestou declaração verdadeira e disponibilizou documentos adicionais para demonstrar, de forma inequívoca, o atendimento da legislação.

A empresa mantém quadro funcional compatível com a cota legal, adota políticas internas de inclusão e dispõe de estrutura de RH voltada para o atendimento contínuo das exigências trabalhistas. A declaração apresentada não é apenas formal: é real, atual e fundamentada.

Quanto ao CEIS, foi demonstrado que não há impedimento federal. A penalidade municipal não impacta a habilitação neste certame. A VERDE possui plena



capacidade jurídica e administrativa para contratar com a Administração Pública Federal.

O pregoeiro agiu corretamente ao habilitar a VERDE, analisando a documentação conforme o edital e utilizando critérios objetivos. A decisão deve ser prestigiada, pois está alinhada com os princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo.

As recorrentes tentam, por via recursal, introduzir requisitos inexistentes e ampliar penalidade restrita, infringindo os limites do edital e do próprio CEIS. Essa tentativa não apenas carece de base legal, como, se acolhida, comprometeria a segurança jurídica do certame.

Assim, não há qualquer motivo jurídico, administrativo ou material para modificar a decisão de habilitação. A VERDE deve permanecer habilitada e o recurso das concorrentes deve ser integralmente rejeitado.

VII – PEDIDO FINAL

Diante de todo o exposto, requer:

1. **O não provimento dos recursos interpostos** pela CENVEL e ALERTA;
2. **A manutenção integral da decisão de habilitação** já reconhecida pelo pregoeiro;
3. **O recebimento do relatório de PCD como documento meramente elucidativo;**

Nestes termos, pede deferimento.

VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
ANDERSON RICARDO FREIRE DE MELO
CPF: 661.822.555-57
RG: 1045936 SSP/SE
SÓCIO ADMINISTRADOR
RUA DA ESTAÇÃO – 4A – CIDADE BAIXA – 49100-000 – SÃO CRISTOVÃO/SE